

Bolsonaro e aliados são alvo da PF em investigação de tentativa de golpe

Judiciário Quatro pessoas tiveram prisão decretada e ex-presidente teve que entregar seu passaporte

Operação da PF investiga Bolsonaro e militares por tentativa de golpe de Estado

Isadora Peron, Julia Lindner, Raphael Di Couto, Guilherme Pinheiro e Gabriela Pereira De Brasília

Na operação 'Tempus Veritatis' (hora da verdade, em latim), delatada nessa quinta-feira (8), a Polícia Federal (PF) fechou ainda mais o cerco contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus principais aliados — civis e militares — nas investigações sobre a tentativa de executar um golpe de Estado. Ao todo, foram cumpridos 33 mandados de busca e apreensão e cinco pessoas foram presas, entre elas o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, por posse ilegal de arma.

Todas as medidas foram autorizadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão de 135 páginas. Bolsonaro teve que entregar seu passaporte e foi proibido de manter contato com os demais investigados. Em ano de eleições municipais, ele não poderá comparecer com o principal dirigente do seu partido. A ala militar do antigo governo também sofreu uma devassa. Foram alvos de diligências os generais Walter Braga Netto, ex-ministro e candidato a vice de Bolsonaro em 2022; Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); e Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa. Em um detalhado relatório, a PF dividiu o grupo de aliados de Bolsonaro em seis núcleos e apontou que eles começaram a trabalhar muito antes da eleição de 2022, com o objetivo de desacreditar o processo eleitoral, planejar e executar o golpe de Estado e abolir o Estado Democrático de Direito.

A investigação avançou na elucidação sobre a chamada "minuta do golpe" — documento que previa uma intervenção no Poder Judiciário para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Uma das versões foi encontrada há cerca de um ano na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que também foi alvo da operação. Agora, a PF apontou que Bolsonaro teve participação ativa na elaboração do documento, inclusive realizando reuniões no Palácio da Alvorada e apresentando a minuta aos comandantes das Forças Armadas, em uma reunião realizada em 7 de dezembro de 2022.

Segundo os investigadores, o decreto previa a prisão de Moraes, do ministro Gilmar Mendes e do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PDS-MG). A pedido de Bolsonaro, o então assessor da Presidência Filipe Martins — um dos presos pela operação — fez alterações no decreto, entre elas, a retirada dos nomes de Gilmar e Pacheco do texto, mantendo o de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O grupo responsável pela fabricação do documento fazia parte do "núcleo jurídico". Além de Martins e Torres, o nome do tenente-coronel Mauro Cid, ex-adjudante de ordens de Bolsonaro, também é citado. Segundo as

apurações, ele ofereceu R\$ 100 mil para financiar atos golpistas. Para a PF, Martins exerceu "posição de proeminência nas tratativas jurídicas, através da intermediação com pessoas dispostas a redigir os documentos que atendessem aos interesses do grupo mais radical".

A PF encontrou ainda, na sede do PL, outro documento, este prevendo a decretação do estado de sítio e, em seguida, a instituição de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O texto diz que as medidas seriam necessárias para assegurar a "restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil", mas que tudo seria feito "jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas" da Constituição.

A investigação identificou ainda outro núcleo, batizado de "inteligência paralela", que teria realizado o "monitoramento do itinerário, deslocamento e localização" de Moraes e de possíveis outras autoridades "com objetivo de capturar e detenção quando da assinatura do decreto de golpe de Estado".

A seu decisão, o ministro do STF apontou que, pelo "planejamento operacional" descoberto pela PF, havia até data e local para prendê-lo no dia 18 de dezembro, em sua residência em São Paulo.

A equipe de investigação comparou os votos realizados por Moraes no período de 14 a 31 de dezembro de 2022 com os dados on-line e com os investigados, o que confirmaria a suspeita de que o ministro foi monitorado.

Segundo o PGR não há garantias de que o monitoramento de Moraes tenha cessado. Segundo a PF, os assessores de Bolsonaro trocavam mensagens sobre o assunto e tinham até um codinome para Moraes. Nos dias que antecederam o Natal, Mauro Cid perguntou a outro integrante do documento: "Por onde anda a professora?". O interlocutor respondeu dizendo que o ministro estava em São Paulo na noite de 31 de dezembro, para a posse de Lula.

As se manifestar a favor das prisões, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, argumentou que não havia "garantias" de que o monitoramento ilegal de Moraes e até mesmo de outras autoridades tivesse cessado até hoje.

Outro elemento de prova trazido pela investigação é um vídeo de uma reunião ministerial, realizada em 5 de julho de 2022, três meses antes da eleição. A gravação foi encontrada em um computador apreendido na casa de Mauro Cid, que fez colaboração premiada com a PF.

Para a PF, o encontro, no Palácio do Planalto, serviu para discutir maneiras de disseminar "fake news" sobre as urnas e revelar "itens" sobre um "arranjo de di-

nâmica golpista no âmbito da alta cúpula do governo".

Em um dos trechos, o então ministro Augusto Heleno defendeu que houvesse uma "virada de mesa" antes do pleito. "Não vai ter revisão do VAR. Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa é antes das eleições", afirmou o então chefe do GSI.

Em outra frente, a Polícia Federal investiga um outro núcleo que teria sido responsável por pressionar militares contrários ao golpe, capitaneado por Braga Netto e Mauro Cid. Também fariam parte desse núcleo o capitão reformado do Exército Ailton Barros, que foi expulso da corporação por punições disciplinares, e o coronel do Exército Bernardo Romão Neto, que também teve pedido de prisão preventiva decretado, mas se encontrava até ontem nos Estados Unidos.

Segundo a investigação, eles teriam se concentrado na escolha de alvos, para a amplificação de ataques pessoais direcionados a militares em posição de comando, que resistiam às investidas golpistas.

Para a PF, conversas de celular trocadas com Ailton Barros "revelariam a participação e adesão" de Braga Netto "na tentativa de golpe de Estado, com forte atuação inclusive nas providências voltadas à incitação contra os membros das Forças Armadas que não estavam coadunados aos intentos golpistas".

Nas mensagens, Braga Netto queixa-se de que o então comandante do Exército, general Freire Gomes, estaria se "omitindo". O militar se opôs ao plano golpista de Bolsonaro, segundo relato de Mauro Cid e reportagem do Valor, e ameaçou prender o presidente caso ele se seguisse em frente com o plano de impedir a posse de Lula.

Braga Netto, inclusive, enviou uma mensagem a Ailton Barros com críticas ao comandante: "Infelizmente tenho que dizer que a culpa pelo que está acontecendo e acontecerá é do general Freire Gomes. Omissão e ineficiência não cabem a um combatente".

Ailton Barros prosseguiu no diálogo. "Então vamos continuar na prisão e se isso se confirmar vamos oferecer a cabeça dele aos leões", respondeu. "Oferece a cabeça dele. Cagão", concordou Braga Netto.

A defesa de Bolsonaro confirmou que o ex-presidente entregou o passaporte à PF. Em nota divulgada à noite, seus advogados afirmam que o ex-presidente manifesta "indignação e inconformismo" com as medidas cautelares, como a apreensão de seu passaporte, e a custódia preventiva de auxiliares próximos. "O ex-presidente jamais compactuou com qualquer movimento de desconstrução do Estado Democrático de Direito", diz a nota.

O advogado de Martins afirmou que não teve acesso aos autos, assim como a defesa de Torres. Augusto Heleno, Braga Netto, Paulo Sérgio Nogueira e Ailton Barros não responderam.

Operação 'Tempus Veritatis'

Ação da PF mira Bolsonaro e aliados, entre eles militares e ex-ministros, para investigar tentativa de golpe de Estado para impedir posse de Lula em 2023 e manter Bolsonaro no cargo

Investigados atuavam em núcleos para tentar operacionalizar o golpe, segundo a PF



Jair Bolsonaro, ex-presidente. Alvo de buscas e apreensão; foi obrigado a entregar passaporte e proibido de se comunicar com outros alvos

Núcleo de desinformação e ataques ao sistema eleitoral

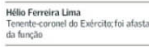
Produção e divulgação de notícias falsas sobre as eleições para manter apoiadores mobilizados



Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública



Tércio A. Thomaz, ex-assessor de Bolsonaro, apontado como integrante "gabinete do ódio"



Angelo Martins Denicoli, Major da reserva do Exército



Eder Lindsay Magalhães Balbino, Empresário, tora ajudado a montar falso dossiê sobre fraude nas urnas eletrônicas



Fernando Cerimed, Não foi alvo da operação



Hélio Ferreira Lima, Tenente-coronel do Exército; foi afastado da função



Guilherme Marques Almeida, Coronel do Exército e ex-oficial do Comando de Operações Terrestres, foi afastado da função



Mauro Cid*, ex-assessor de Bolsonaro



Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros, Tenente-coronel do Exército



Núcleo de inteligência paralela: Coleta de dados e informações para auxiliar Jair Bolsonaro



General Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)



Marcelo Câmara, Coronel do Exército; teve prisão preventiva decretada



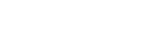
Mauro Cid*



Outros alvos



Valdemar Costa Neto, Presidente nacional do PL; preso por posse de arma ilegal



Bernardo Romão, Coronel do Exército; teve prisão preventiva decretada

Fonte: Elaboração do Valor, com informações da PF. *Detido, não foi alvo da operação

Núcleo de incitação a militares

Amplificavam ataques contra militares contrários à tentativa de golpe para fazê-los aderir ao grupo



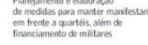
General Braga Netto, Ex-ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro em 2022



Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, Ex-comentarista e apresentador da rádio "Jovem Pan"



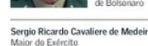
Ailton Gonçalves Moraes Barros, Capitão expulso do Exército



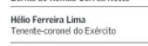
Bernardo Romão Corrêa Netto, Coronel do Exército



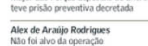
Mauro Cid*



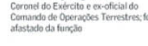
Núcleo operacional: Planejamento e elaboração de medidas para manter manifestantes em frente a quartéis, além de financiamento de militares



Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros, Major do Exército



Bernardo Romão Corrêa Netto, Major do Exército



Hélio Ferreira Lima, Tenente-coronel do Exército



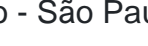
Rafael Martins, Major das Forças Especiais do Exército; teve prisão preventiva decretada



Alex de Araújo Rodrigues, Não foi alvo da operação



Cleoverson Ney Magalhães, Coronel do Exército e ex-oficial do Comando de Operações Terrestres, foi afastado da função



Outros alvos



Valdemar Costa Neto, Presidente nacional do PL; preso por posse de arma ilegal



Bernardo Romão, Coronel do Exército; teve prisão preventiva decretada



Ronaldo Ferreira de Araújo Júnior, Tenente-coronel do Exército; foi afastado das funções

Núcleo jurídico

Assessoria e elaboração de minutas de decretos golpistas



Filipe Martins, Ex-assessor especial de Bolsonaro; teve prisão preventiva decretada



Anderson Torres



Amari Feres Saad, Advogado, citado no CPI dos Atos Golpistas como "mentor intelectual" da minuta do golpe



José Eduardo de Oliveira e Silva, Padre da diocese de Otaúco, apontado como disseminador de informações falsas e com vínculo com investigados



Mauro Cid*



Núcleo de oficiais de alta patente: Influenciavam e incitavam apoio dos demais núcleos



Almirante Almir Camier Santos, Ex-comandante-geral da Marinha



Gal. Paulo Sérgio Nogueira, Ex-comandante do Exército e ex-ministro da Defesa



General Braga Netto



Mario Fernandes, Ex-assessor da Presidência da República e general da reserva do Exército; foi afastado da função



Estevam C. Teophilo Gaspar de Oliveira, Ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército; foi afastado da função



Lúcio Virgílio, General de Brigada reformado

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 10